

Cise rejeita “golpe” dos planos de cargos

A terceira reunião do Conselho Interministerial dos Salários das Estatais (Cise) deste mês durou quatro horas e, oficialmente, os quatro ministros — do Trabalho, Almir Pazzianotto, da Administração, Aluísio Alves, da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e da Seplan, João Batista Abreu — não discutiram qualquer questão mais ampla com relação aos cortes dos gastos com salários: decidiu-se apenas, segundo Pazzianotto, que não serão aprovados novos planos de cargos e salários.

Convocada extraordinariamente, a reunião deveria servir para fechar a pauta pendente desde o último dia nove. Resta-

vam para ser discutidos os planos de cargos e salários de 16 empresas e a regulamentação dos decretos que proíbem contratações e limitam os salários de dirigentes de estatais. A regulamentação não foi feita. E os planos de cargos e salários não foram analisados porque, como explicou Pazzianotto, chegou-se à conclusão de que são uma forma disfarçada de concessão de reajustes, fora de data-base. E o Cise não está só rejeitando reajustes extraordinários: também limitou as correções salariais à inflação oficial. Como esta discussão foi curta, o restante do tempo foi ocupado, presumivelmente, com o problema da empresa mine-

adora Próspera, de Santa Catarina, ligada à Companhia Siderúrgica Nacional, cujos funcionários estão em greve pelo cumprimento de sentença judicial que determinou um reajuste salarial de 140%. Os ministros decidiram solicitar à CSN que inicie negociações.

Sem almoço, os ministros que compõem o Cise garantem que não trataram de congelamento de salários nas estatais, de suspensão do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP), ou de demissão de funcionários. “O Cise só analisa casos concretos”, explicou Pazzianotto.